



A Pós-Modernidade E O Desaparecimento Das Forças Armadas

Post-Modernity and the Disappearance of The Armed Forces

Antonio Carlos Will Ludwig*

Resumo

Este artigo versa sobre o desaparecimento das Forças Armadas. Ele tem por objetivo demonstrar que as instituições castrenses dos países regidos pela democracia, paulatinamente, estão caminhando rumo ao seu fim em decorrência do progressivo e irrefreável processo de civilização surgido na pós-modernidade. A conclusão alcançada indica que na atualidade não é possível identificar nenhum elemento que seja capaz de impedir a absorção do segmento militar pela esfera civil.

Palavras Chave: Pós-Modernidade. Neoliberalismo. Globalização. Civilização

Abstract

This article is about the disappearance of the Armed Forces. It aims to demonstrate that the military institutions of countries ruled by democracy are gradually heading towards their end as a result of the progressive and unstoppable process of civilization that emerged in post-modernity. The conclusion reached indicates that currently it is not possible to identify any element that is capable of preventing the absorption of the military segment by the civilian sphere.

Keywords: Post-Modernity. Neoliberalism. Globalization. civilization

Received 25 Oct., 2022; Revised 04 Nov., 2022; Accepted 06 Nov., 2022 © The author(s) 2022.

Published with open access at www.questjournals.org

I. Introdução

A pós-modernidade se revela um tema muito complexo para ser examinado devido aos vários entendimentos já expostos, seu alcance e os questionamentos sobre sua existência. Entretanto, parece que há um certo lume quanto à ideia de que se trata de um estágio da história humana tal como os historiadores que propuseram sua divisão em idade antiga, idade média, idade moderna e idade contemporânea. Neste caso diz respeito ao terceiro estágio, uma vez que o primeiro e o segundo teriam sido respectivamente o pré-moderno e o moderno.

O estágio pré-moderno que durou quase dois mil anos começou a ser superado a partir do Renascimento. A visão de mundo dominante neste lapso agregava o senso de equilíbrio, a harmonia universal, a finitude das fronteiras, a imutabilidade das coisas. As concepções míticas, mágicas e religiosas predominavam. Quanto ao estágio moderno este teve início no desenrolar do Renascimento e perdurou até meados do século passado. As principais características de tal momento dizem respeito à industrialização, à concepção de homem como um ser autônomo e racional e à valorização da técnica e da ciência de cunho determinista cujo pressuposto central é de que todo estado presente no mundo está contido em qualquer estado passado e contém todos os estados futuros. Como pode ser inferido ele agrega os princípios da previsibilidade e da relação entre causa e efeito.

Em relação ao estágio pós-moderno, que será devidamente caracterizado logo a seguir, verifica-se que em seu âmbito surgiu um conjunto significativo de ocorrências até então não vislumbradas pela humanidade. Especificamente, interessa aqui apontar a emergência do fenômeno da civilização como provocador de mudanças radicais nas Forças Armadas. A esse respeito cabe lembrar que são poucos os pesquisadores que utilizam seu tempo para estudar este relevante assunto, e, conseqüentemente, são reduzidos também os textos já produzidos.

Vale ressaltar que neste trabalho utilizamos o método dialético de pesquisa, cujas categorias empregadas foram a historicidade, a multideterminação e o salto qualitativo (Kosik, 2011). O emprego deste método leva em conta a lógica dialética, que ao contrário da lógica formal admite a superação dos princípios de

identidade, da não contradição e do terceiro excluído. Assim sendo, é adotado o pensamento que não separa o militar como um profissional combatente de guerras do civil como um profissional que se dedica a outras atividades ocupacionais.

1.2- Pós-Modernidade

A respeito da pós-modernidade cabe dizer que no passado alguns destacados pensadores expuseram várias ideias consoantes a ela os quais poderiam ser indicados como seus precursores, porém sem afirmar que eles, verdadeiramente, exerceram este papel. Nietzsche e sua cosmovisão assentada na vontade de potência; a concepção de homem adotada por Heidegger como um ser que se auto define no decorrer do tempo; Wittgenstein e os jogos de linguagem; Derrida e a desconstrução; Foucault e a negação da posse do poder e o cuidado de si; Feyerabend e o anarquismo epistemológico.

Certas ocorrências também costumam ser utilizados para referendar a existência do estágio pós-moderno. Uma delas é a pós-verdade. Embora seja questionável, o anarquismo epistemológico (Feyerabend, 2011) pode ser chamado para lhe dar suporte. Com efeito, este paradigma defende que o avanço do conhecimento também é provocado pelas violações dos consagrados métodos de investigação, que método algum é imprescindível na atividade de pesquisa, que nenhuma ideia deve ser recusada por mais que se mostre imoral ou absurda e que diversos conhecimentos relevantes foram produzidos de maneira alternativa. Observe-se que a pós-verdade constitui uma deturpação do pacificado entendimento acerca do conhecimento supostamente verdadeiro, isto é, como um resultante da relação entre o sujeito e o objeto. Note-se por exemplo que o desvelamento e a suspensão do juízo próprios da fenomenologia e o procedimento experimental característico das ciências da natureza fazem destaque à objetividade enquanto a pós-verdade inclina-se a ressaltar a subjetividade e minimizar a objetividade. Não é oportuno examinar aqui as possíveis relações entre a pós-verdade e o mito da neutralidade científica.

O campo artístico é bem apropriado. Na pintura tem-se o uso de cores em abundância, o emprego de objetos do cotidiano, as imagens desencaixadas e a ultrapassagem dos limites da moldura. Na escultura ocorre a utilização de objetos descartáveis, materiais industriais e aparelhos elétricos. Na arquitetura emerge o excesso de ornamentação, a mistura de estilos e a incidência de detalhes. Estas particularidades indicam a presença de um caráter indefinido se comparado ao aspecto formal da arte moderna. Junte-se ao campo artístico a marcante presença do ciberespaço e da realidade virtual.

A Física contemporânea é bem corroborante através do princípio da incerteza formulado por Heisenberg o qual reforça o indeterminismo pois indica que é impossível saber com precisão absoluta ao mesmo tempo a posição e a velocidade das partículas. Este indeterminismo também se encontra presente no mundo macroscópico tal como no movimento de um cometa submetido à atração gravitacional de duas estrelas. Por inexistir cálculos matemáticos precisos seu aparecimento subsequente não pode ser previsto. Há também a Teoria do Caos a qual diz que caso ocorra uma minúscula alteração no momento em que um evento qualquer se inicia, sérias, desconhecidas e imprevisíveis consequências podem emergir mais à frente.

Mencione-se a outra visão da matemática não mais como uma ciência exata. Veja-se que na Geometria de Euclides a soma dos ângulos do triângulo é igual a dois retos, na de Riemann é superior a dois retos e na de Lobatchewsky é menor do que os dois retos. O axioma que reza ser o todo maior que a parte só é válido no âmbito dos conjuntos finitos e não em relação ao dos infinitos. O cálculo de probabilidade incidente no comportamento de eventos aleatórios faz a análise desses eventos para entender quais são as chances reais deles ocorrerem.

A denominada era pós-industrial que muitos acreditam estar em curso se mostra como um momento da história onde a atividade laboral manual está sendo rapidamente substituída por robôs e a atividade intelectual por computadores. Trata-se de um novo cenário onde a área de serviços tende à expansão e absorve a maior parte dos trabalhadores superando o contingente humano dos setores industrial e agrícola. Quanto ao setor primário da economia sabe-se que ele é tipicamente pós-fordista pois opera com a redução da produção em série e aumenta a diversidade de novos produtos.

O avanço da sociedade do conhecimento preservadora do trabalho criativo revela que o processamento e a transferência da informação aparecem como as fontes básicas da produtividade e do poder segundo Castells. Ela traz em seu bojo uma dimensão substantiva que diz respeito à acelerada e crescente transformação social, política, cultural e econômica.

Observe-se que a era pós-industrial tende a minar duas concepções fundamentais pertinentes tanto ao marxismo estruturalista quanto ao marxismo dialético. Uma delas é a da reprodução das relações de produção e a outra é a da luta de classes como motor da história, haja vista que tais concepções encontram-se assentadas no capitalismo industrial.

Diga-se, de passagem que a tentativa de minar o marxismo e o estruturalismo já foi ensaiada pelos pós-modernos ou por aqueles que mostram íntima proximidade tais como os pós-estruturalistas e os adeptos da virada linguística. É o caso de Wittgenstein que por meio do *Jogos da Linguagem* expôs as supostas fragilidades do estruturalismo linguístico de Saussure. Houve o empenho de Derrida em desconstruir o

estruturalismo antropológico de Lévi-Strauss. Ocorreu também o rechaço da concepção relativa à classe trabalhadora como classe universal feita por Laclau e Mouffe os quais a substituíram por grupos esporádicos envolvidos na pluralidade dos antagonismos sociais. Por sua vez Boaventura Santos retirou a centralidade estatal do poder e o remeteu ao patriarcado, à exploração, ao fetichismo das mercadorias, à diferenciação identitária desigual, à dominação e à troca desigual.

Jean Lyotard (2002) ressalta o papel do conhecimento na sociedade pós-moderna. Segundo ele o princípio original referente à aquisição do saber ligado à formação das pessoas tende a ser abandonado pois está sendo produzido para ser comercializado, está sendo consumido para ser empregado em uma nova produção, e nos dois casos para ser permutado. Ele tende a se exibir de outra maneira, isto é, na forma integrada, no modelo interdisciplinar ultrapassador do modo fragmentado requerido pelo capitalismo da época moderna.

Outro tema abordado por Lyotard é pertinente às metanarrativas. Menciona que os metadiscursos produzidos na modernidade tais como o advento do socialismo, o desenvolvimento da riqueza e a emancipação do sujeito racional constituem falas legitimadoras do saber, as quais nesta época pós-moderna tornam-se desacreditadas. Vale dizer que este terceiro metadiscorso faz referência à razão humana como a grande responsável pelo desenvolvimento da sociedade durante séculos sem deixar de lado seus aspectos negativos.

Fazendo coro aos adeptos da pós-modernidade recomenda que se faz necessário abandonar o projeto do Iluminismo de busca da emancipação humana por meio do emprego da racionalidade, porquanto o desejo de dominar a natureza a ele inerente resultou no domínio dos seres humanos. Por sua vez a perspectiva de uma história humana universal revelou-se ilusória porque não levou em conta o marcante imprevisível próprio do desenrolar dos acontecimentos.

Embora não defendam a rejeição da racionalidade, uma vez que reconhecem sua valiosa herança deixada à posteridade sustentam que o homem não deve permanecer sob o jugo da ciência e da técnica. Acalentam, portanto, uma interação entre a razão e as demais dimensões do sujeito. Para eles a valorização da pessoa implica o desenvolvimento de outras características humanas para que possam ser forjados novos recursos de pensamento necessários ao enfrentamento de uma realidade instável e contraditória.

Em relação ao conceito de pessoa Pourtois e Desmet (1999) falam sobre a emergência do sujeito ou a situação dele como ator e autor, como um ser que luta pela sua emancipação e autodeterminação. Essa noção de emergência do sujeito não implica a rejeição do racionalismo pois ele continua sendo uma arma poderosa contra os regimes autoritários e totalitários. Embora participe da obra coletiva ele se mostra como um sujeito individual, como o responsável pela vida pessoal. Entretanto não é um narcisista e nem um ente conformado às regras sociais, haja vista que se encontra apto a pugnar contra a ordem estabelecida e os determinismos sociais a fim de modificá-los para sempre. O homem pós-moderno é obrigado a encontrar em si mesmo seu próprio destino, conviver com a angústia do imprevisível e gerenciar os sucessivos momentos de incerteza.

Frente a estas colocações torna-se possível elaborar uma síntese a respeito da pós-modernidade. Com base nas mesmas é válido dizer que ela agrega uma cosmovisão peculiar a qual indica que a realidade circundante é predominantemente instável, descontínua, efêmera, fragmentada, mutável, caótica, incerta e que a história humana caminha em direção a rumos indefinidos. Para viver neste ambiente o ser humano tem que ser flexível, atuante, protagonista, construtor de projetos de vida e comprometido com o desenvolvimento contínuo de suas múltiplas dimensões, dentre as quais se encontra a capacidade racional vista como tendo o mesmo valor das demais.

Cabe destacar que o estágio pós-moderno possui concretude apenas para seus adeptos, haja vista que eminentes estudiosos do assunto colocam em dúvida sua existência. Giddens assevera que ele não constitui uma realidade específica e sim diz respeito a um outro tipo de modernidade que é marcada pelo significativo aumento da contingência face à crescente ação humana sobre a natureza e pela expansão da autonomia das pessoas. Segundo Habermas se trata de um projeto inacabado da modernidade. Bauman faz referência à uma modernidade líquida cujas relações sociais consequentes do capitalismo globalizado se revelam menos frequentes e duradouras. De acordo com Perry Anderson é um instante da modernidade onde acontece a progressiva degradação das classes dominantes, o vertiginoso desenvolvimento dos meios de comunicação e o soçobro mundial da esquerda na política.

1.3- Globalização

O estágio pós-moderno tem convivido com a globalização e com o neoliberalismo. No que diz respeito à globalização sabe-se que o cenário que a compõe envolve o incessante movimento do capital especulativo pelo mundo, sua crescente acumulação e a internacionalização da produção e do comércio. Inclui também a aproximação de países em blocos, o movimento migratório e os contatos entre cientistas de diferentes nações dentre outras manifestações.

É do conhecimento de muitos que a globalização está favorecendo a contenção do funcionamento dos Estados Nacionais e a decomposição de sua territorialidade. A autonomia e a soberania deles se fragilizam na medida em que o tempo passa. Assim sendo, seu papel de agente do desenvolvimento econômico e sua função de garantir a coesão e a integração social e nacional também estão se fragilizando. Quase todas as nações do

planeta encontram-se bastante atreladas entre si por força da assinatura de documentos internacionais. O nosso país constitui um caso típico porquanto é signatário de muitas dezenas de acordos, tratados, convenções e protocolos bilaterais e multilaterais que condicionam ostensivamente sua conduta tanto no âmbito interno quanto no externo.

O desmoronamento dos Estados Nacionais esmorece a garantia de concretização dos direitos outorgados aos cidadãos, pois ela depende da existência e da perenidade de um Estado Nacional forte. Na medida em que ele entra num processo de enfraquecimento que pode fazê-lo até desaparecer os direitos podem ter o mesmo destino. Entretanto, a manutenção desses direitos pode ocorrer de outras formas superadoras da atual. É o caso, por exemplo, da comunidade europeia que caminha rumo à sua unificação.

1.4- Neoliberalismo

Quanto ao neoliberalismo vale lembrar que a década de setenta do século passado foi marcada por uma longa e profunda recessão, com o predomínio de taxas baixas de crescimento ao lado de taxas altas de inflação a qual estimulou a sua difusão. No final desta década surgiu a oportunidade de instauração de programas governamentais de cunho neoliberal nos governos de Thatcher e Reagan. Em nosso país o início ocorreu em fins do século passado e tem avançado irregularmente até o momento atual. As iniciativas de políticos do centrão em conluio com Bolsonaro estão abalando seriamente seus fundamentos.

Os adeptos do neoliberalismo, defendem três ideias principais: cortes significativos nos tributos, controle rígido do déficit orçamentário e a implementação acelerada do processo de privatização das empresas estatais. Segundo eles um mercado livre é condição essencial para a manutenção da competitividade, a qual torna máxima a eficiência econômica, bem como contribui sobremaneira para que a liberdade individual e a solidariedade social sejam devidamente preservadas. Tal solidariedade é decorrência da coordenação natural e não intencional de diversas pessoas que agem de acordo com seus próprios interesses e aspirações.

Eles atribuem ao governo as tarefas de zelar para que os instrumentos reguladores da produção de bens e serviços funcionem a contento e de facilitar o processo mercantil de todas as coisas. Assim sendo o Estado tem que ser mínimo, porém robusto, capaz de fazer com que as leis que norteiam a competição sejam cumpridas e que a ordem social interna seja devidamente mantida.

Por considerarem que as atividades estatais são improdutivas, não eficientes e antieconômicas os seguidores da cartilha neoliberal almejam eliminar do imaginário social a concepção do Estado provedor, particularmente a ideia de educação pública, universal e gratuita que se encontra internalizada no subjetivismo das pessoas como um direito democrático. Aspiram ardorosamente também substituir a figura do cidadão pela figura do consumidor. Pretendem então criar e legitimar um outro consenso assentado nos valores empresariais, ou seja, na mensurabilidade, na competitividade e no lucro. Embora ainda presente em muitos recantos do planeta o neoliberalismo está sendo superado pelo pós-neoliberalismo. Trata-se também de uma alternativa doutrinária preservadora do capitalismo que prevê a reorganização da economia, a imputação do papel de agente orientador da sociedade para o Estado, a transposição da retórica do livre mercado e o resgate do público sobre do privado. A proposta trilionária de Biden nos Estados Unidos e o Fundo Next Generation EU acordado pelo Conselho Europeu se mostram corroborantes.

Este suposto estágio da pós-modernidade que agrega a globalização e o neoliberalismo em trânsito constitui o cenário onde as Forças Armadas se encontram situadas. Assim sendo, a análise do processo de ocaso delas tem que ser feita em relação a ele. Ressalte-se, entretanto, que esta análise não pode olvidar o passado uma vez que o mesmo se mostra relevante para a compreensão do presente.

1.5- Evolução dos Exércitos

Levando em conta tal diretriz cabe recordar primeiramente as características dos exércitos no decorrer da história. A esse respeito, começando pela antiguidade, parece certo que a Mesopotâmia área que agrega o sistema fluvial Tigre-Eufrates, constitui o ponto de partida. Nesta região emergiu uma ocorrência importante, isto é, a geração contínua e farta de produtos agrícolas a qual possibilitou o aparecimento de elites governantes e comandantes militares em tempo integral. Assim, exércitos organizados se desenvolveram pela primeira vez e proporcionaram uma relevante ajuda na expansão territorial e na centralização do poder.

Nesse lapso da história a estratégia dominante centrava-se no uso da infantaria, cujos soldados munidos de arcos e lanças constituíam um bloco que atuava à distância ou em choque com o inimigo visando manter posição e provocar a penetração na linha adversária. Tal formação permitia aos comandantes manter o comando e o controle dos soldados e da batalha. À medida que ocorria a expansão territorial tornou-se imprescindível aumentar a velocidade da mobilização para sufocar as crescentes rebeliões ameaçadoras do poder central. Em consequência, foi inventada a carruagem que era manejada por dois guerreiros, ou seja, o controlador dos cavalos e o arqueiro atirador de flechas.

Em Roma a força de combate era constituída pela legião que podia ser formada por até seis mil homens. No campo de batalha esse mar de guerreiros empregava dardos, espadas e escudos. Embora volumosa ela tinha grande flexibilidade para fazer movimentos rápidos e mudar a direção do ataque para surpreender o

adversário. Na Grécia a falange se exibia como a unidade básica. Ela agregava um bloco com oito fileiras de soldados os quais portavam um escudo na mão esquerda e uma lança na mão direita.

O poderoso aparato bélico da época não foi capaz de sustentar por todo tempo o domínio territorial. Com efeito, no continente europeu começaram a aparecer diversos grupos realizadores de pilhagens garantidoras da subsistência, dentre os quais se encontravam vikings, hunos, tártaros e mongóis. Ao se deslocarem constantemente construíram muitas fortificações que serviram de refúgio e proteção dos bens localizados no entorno. Com o advento da Idade Média tais fortificações passaram a incluir os castelos protetores da nobreza, dos suseranos e dos vassalos que viviam ameaçados por bandos de invasores. De seu interior saíam soldados a cavalo para barrar a tentativa de abastecimento por parte de exércitos na região e expulsão de inimigos recorrentes.

A forma de combate mais comum era o cerco aos castelos que ocorria por meio de técnicas e maquinários apropriados, apesar de também ter acontecido grandes embates entre tropas rivais cujo exemplo mais conhecido são as cruzadas. Por sua vez, os soldados dos castelos desenvolveram uma série de contramedidas defensivas bem como construíram extensas muralhas laterais. O cavaleiro medieval se mostrava adornado com uma armadura envolvente de todo o corpo e portava uma espada longa. A cavalaria era composta de guerreiros armados com lanças e bestas e a infantaria geralmente possuía um contingente majoritário de mercenários. Começou a ser usado também o armamento movido a pólvora como o culverin e o arcabuz.

Na Idade Moderna a descentralização do poder ocorrida na Idade Média é substituída pela sua centralização. E neste momento da história, ou seja, nos séculos dezoito e dezenove começaram a emergir os Estados Nacionais. Frutos da revolução industrial e da ascensão burguesa sua finalidade consistia em estabelecer a soberania política em um território delimitado por fronteiras geográficas. Cada ente estatal organizou um exército próprio o qual assumiu a missão de defendê-lo contra possíveis inimigos externos.

Deve ser destacado neste período o papel dos franceses que criaram um exército móvel e apto para a guerra de massas. Seus comandantes estabeleceram uma estratégia baseada na atividade ofensiva com concentração de forças e combinação de ações frontais e laterais, formações em coluna, grandes grupos de atiradores e alargamento do fogo. Os alemães também precisam ser lembrados pois realçaram o caráter único de cada situação da guerra que exige protagonismo e iniciativa por parte de todos os envolvidos bem como o abandono de regras rígidas previstas em manuais de campanha.

Em período mais recente, isto é, na primeira guerra mundial os aliados adotaram um procedimento dual assentado na conquista da posição adversária e progressão para além dela. Ele exigia o emprego de trincheiras, da artilharia, de veículos de escolta e de gases tóxicos. Na segunda guerra os alemães utilizaram a denominada guerra relâmpago que foi levada à cabo por meio de brigadas blindadas e motorizadas que contavam com centenas de veículos pesados e uma poderosa aviação de apoio. Empregavam contingentes limitados, porém bem treinados para promover ataques rápidos e eficientes nos pontos fracos do inimigo.

Este breve histórico permite o estabelecimento de algumas inferências. Uma delas se refere aos tipos de guerra. A de primeira geração foram aquelas travadas por um grande contingente de soldados concentrados em linhas e colunas. A de segunda geração se caracterizou pelo poder de fogo, inicialmente com armas de carregamento pela culatra com guerreiros alocados em linhas de tiro, e, posteriormente com fuzis e metralhadoras. A de terceira geração diz respeito às lutas pautadas na manobra e na alta velocidade dos veículos blindados típicas da segunda guerra mundial. Outra é pertinente ao fato de que as guerras por mais longas que fossem tinham começo e fim, havia um teatro de operações delimitado, os comandantes exibiam uma liderança centralizada e o confronto era entre Estados.

Uma terceira é decorrente da organização das Forças Armadas na modernidade a partir do surgimento dos Estados Nacionais. Mostra-se claro neste período a divisão entre civis e militares. Tendo por referência os princípios de identidade e de não contradição da lógica formal tem-se que, simultaneamente, militar não é civil e civil não é militar. Este princípio se mostrou bem válido porquanto em tais Estados, particularmente nos norteados pela democracia, emergiu de modo célere o problema das relações civil-militares onde se sobressaiu o controle democrático das Forças Armadas.

Os civis decidiram que os fardados deveriam permanecer confinados em quartéis e com plena autonomia deveriam se dedicar integralmente à arte da guerra. Para tanto instauraram o princípio da hierarquia e disciplina, criaram patentes, cadeia de comando, código de ética, formas de adestramento, vilas residenciais, regime disciplinar, uniformes e rituais. Os paisanos instituíram mecanismos de supervisão e exigiram deles a assunção da postura apolítica, ou seja, de não se envolverem em questões relativas ao governo do país. Como se vê foi forjada uma comunidade apartada da sociedade.

1.6- Civilização

Na segunda metade do século anterior emergiu nos Estados Unidos da América do Norte a Sociologia Militar. Dois eminentes personagens foram seus criadores. Um deles, Samuel Huntington (1995), apresentou estudos que influenciaram decisivamente a organização e o funcionamento das Forças Armadas em muitos

países do mundo, inclusive o nosso. Em um de seus escritos onde tratou das relações civil-militares propôs que os fardados devem desenvolver um alto nível de profissionalismo, reconhecer os limites de sua competência ocupacional, subordinar-se aos líderes políticos civis que tomam decisões sobre política externa e militar e impedir ou minimizar a intervenção castrense na política. Por sua vez os civis devem conceder autonomia profissional aos fardados, aceitar e legitimar a competência ocupacional deles e não permitir ou incentivar a intervenção política nas Forças Armadas.

Como pode ser notado, estas propostas de Huntington, embora dotadas de alguma validade no presente foram feitas sem levar em conta as visíveis mudanças incidentes nos estabelecimentos bélicos. Elas expressam a relação secular e tradicional entre civis e militares. Constitui, portanto, uma recomendação típica da modernidade.

Morris Janowitz (2013), outro destacado criador da Sociologia Militar assumiu uma postura diferente, assentada no dinamismo da vida em sociedade e de suas instituições. Num artigo divulgado em meados do século passado ele expôs um conceito deveras relevante para explicar as recentes transformações concernentes às Forças Armadas o qual denominou de *civilianization*. Segundo ele a civilização pode ser entendida como a presença ativa de civis nas Forças Armadas ou o emprego nelas de concepções civis. Tendo por base as sociedades democráticas Janowitz disse que o pujante avanço da tecnologia se apresenta como o grande responsável pelo fenômeno da civilização porquanto ele aproxima cada vez mais os paisanos dos fardados bem como desfaz progressivamente a distinção entre civis e militares e suas organizações. Embora não haja a intenção de fazer seu enquadramento em uma corrente de pensamento, parece indubitável que tal entendimento o aproxima da pós-modernidade. Assim sendo, este vocábulo será aqui usado para sustentar o progressivo ocaso das instituições castrenses.

Como pode ser notado o conceito de civilização exige o abandono dos princípios de identidade e de não contradição da lógica formal como fundamento do processo analítico. Em seu lugar é necessário colocar o princípio da contradição da lógica dialética. Neste caso simultaneamente o militar pode ser civil e o civil pode ser militar. Vejamos dois exemplos. Um deles aponta para Israel. Neste país os cidadãos prestam o serviço militar durante três anos. Após este período eles retornam anualmente aos quartéis para em dois meses realizar treinamentos de manutenção. É um constante rodízio entre fardados e paisanos. O outro se encontra na Suíça. Nesta povoação, até há alguns anos, o serviço militar era concretizado na forma de milícia. Cada cidadão permanecia três semanas por ano praticando exercícios militares e conservava em sua casa arma, munição e farda.

De acordo com o que foi dito anteriormente o militar do período moderno se revelava um adestrado guerreiro masculino desenvolvedor de ações em um limitado teatro de operações, cujos exemplos mais ilustrativos são as duas conflagrações mundiais, observando que a segunda guerra se classifica como de terceira geração, porém não é a última. Existem a de quarta e de quinta geração. A de quarta é de caráter pós-moderno e se refere a um confronto descentralizado, envolvido de Estados com praticamente nenhum monopólio das forças de combate e encurtador do contato entre beligerantes e civis. A de quinta também é pós-moderna e diz respeito ao emprego de ações não cinéticas tais como a divulgação de informações não verídicas, a realização de ataques cibernéticos, o uso da inteligência artificial e o emprego de sistemas totalmente autônomos. A denominada guerra híbrida (Leiner, 2020) que se caracteriza pela não separação da política, não cessão de continuidade, não diferenciação de combatentes e não definição de espaços de luta e a alcunhada guerra fria 2.0 entre China e Estados Unidos, que se centra numa disputa pelo poder econômico e pelo empenho em barrar o desenvolvimento de novas tecnologias, principalmente a inteligência artificial são conflagrações tipicamente pós-modernas.

A guerra de Kosovo (Boechat, 2017) ocorrida em fins da década de noventa do século passado é apontada como a primeira conflagração pós-moderna. Causada pelo pedido de independência dos kosovares e não aceita pelo presidente Milosevic emergiu uma guerrilha separatista, a disseminação de conflitos, o apoio da Albânia aos insurgentes e a intervenção da OTAN. Em seu desenrolar surgiram cenas inesperadas: soldados trabalhando na construção de alojamento para refugiados, agentes humanitários reclamando contra a ausência de segurança armada e forças de guerrilha tentando atuar como se fossem um exército poderoso. Vale lembrar também que atualmente existem recursos eficazes não bélicos que são constantemente empregados para subjugar determinados países tais como o isolamento político, diplomático e econômico; a suspensão de projetos de cooperação; as sanções contra integrantes do governo e o bloqueio de repasses de fundos multinacionais cujo exemplo mais hodierno refere-se aos embargos da Europa e dos Estados Unidos à Rússia pela sua execrável incursão no território ucraniano.

Estas conflagrações pós-modernas são bastante harmônicas ao atual pensamento estratégico internacional substituído do vigente durante a guerra fria, tipicamente moderno. Tal pensamento adotado pela OTAN previa um ataque amplo e surpreendente oriundo da União Soviética e seus aliados do Pacto de Varsóvia. Para enfrentá-lo se fazia necessário compor uma sólida e rápida defesa baseada em grandes contingentes alocados perto das fronteiras inimigas junto a um contra-ataque nuclear. O pós-moderno em vigor, decorrente da Cúpula de Roma ocorrida em 1991, determina uma drástica redução do contingente militar,

adoção de equipamentos de última geração, constituição de pequenas unidades altamente profissionalizadas, dotadas de grande mobilidade e com capacidade de efetuar deslocamentos rápidos em pontos do território nacional cujos exemplos são as forças especiais: *Operational Detachment* norte americano, Saveret Matkal de Israel e Para-Sar brasileiro. Entretanto uma nova e relevante tarefa foi outorgada às Forças Armadas: garantir a estabilidade de um mundo carregado de incertezas. Isto significa uma mudança radical na função desempenhada pelos fardados, porquanto devem colocar em segundo plano seus impulsos guerreiros e priorizar o papel de agentes da conciliação. Em decorrência a ONU criou as Forças de Manutenção da Paz, um grupo multinacional apelidado de capacetes azuis, para atuar em zonas de conflito sem o uso de armas e exercer dois novos papéis, ou seja, de juiz e de comunicador. A esse respeito vale citar o Exercício Viking 22 que o Ministério da Defesa do Brasil e da Suécia planejaram para preparar soldados atuadores em missões de paz.

Acrescente-se que em nosso país a civilização segue adiante haja vista que o número de militares contratados por tempo determinado tem sido crescente, a atuação de civis na caserna é saliente, o vultoso contingente feminino avança em várias especialidades, a terceirização de serviços é patente e a criação da carreira civil de defesa tende a ser implementada. Cabe agregar ainda que devido a Guerra da Ucrânia a OTAN inseriu neste pensamento estratégico a diretiva de que a Rússia deve ser contida por meio da dissuasão e a China vigiada como um inimigo potencial, haja vista que sua recente aproximação a Moscou ameaça os valores e a segurança ocidentais. Por sua vez a Rússia passou a encarar os Estados Unidos como seu principal inimigo, a rejeitar a presença da Otan próxima às suas fronteiras bem como encaixou o Ártico e o Mar Negro no rol de seus interesses.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a civilização avançou em várias direções. Merece ser citado o *Army Civilian Corps* integrante do Exército, composto por mais de trezentos mil estadunidenses comprometidos com o serviço abnegado em apoio à proteção e preservação do país. Eles prestam juramento de posse para apoiar e defender a Constituição e são guiados pelo Credo do Corpo de Civis do Exército. Mencione-se também os programas de estabilização, recuperação, desenvolvimento e reconstrução do Estado com prioridade de longo prazo para o exército sobre questões humanitárias imediatas e realizados com a ajuda de centenas de profissionais paisanos acompanhantes de guerra tais como engenheiros, assistentes sociais, administradores e outros, observando que estes programas já foram executados no Iraque e no Afeganistão. Cite-se ainda o envolvimento de norte-americanos civis em situação de combate tal como ocorreu na operação *Desert Shield Desert Storm* em 1990 na libertação do Kuwait. Em seu desenrolar o setor de transporte civil aliou-se ao Sistema de Transporte de Defesa e ajudou a incrementar a imprescindível mobilidade estratégica de uma esmagadora força militar contra as tropas iraquianas. Note-se que as estatísticas recentes apontam a morte de oito civis para cada dois soldados nos conflitos atuais.

Atualmente se constata também o crescimento de confrontos protagonizados por civis envolvendo homens e mulheres. Um relatório do Soufan Group datado de dezembro de 2015 apresentou estimativas numéricas de estrangeiros combatentes na Síria e no Iraque. Os países de onde partiram mais pessoas foram Tunísia 6000, Arábia Saudita 2500, Rússia 2400, Turquia 2100, Jordania 2000. Por região tem-se Oriente Médio 8240, Magrebe 8000, Europa Ocidental 5000, ex-repúblicas soviéticas 4700, Sudeste Asiático 900, Balcãs 875, América do Norte 289. Por sua vez, o Departamento de Estado norte americano comunicou em 2016 que mais de 40.000 combatentes estiveram em ação num total de mais de 100 países. Observe-se que muitos desses combatentes estrangeiros aí compareceram como integrantes de múltiplos exércitos privados

A emergência das Forças Armadas Privadas indica o estágio avançado do processo de civilização. Tendo por antecedente os mercenários do passado, elas começaram a existir a partir da década de noventa do século anterior. Os meios de comunicação já divulgaram que cada vez mais tarefas específicas do aparato militar e de segurança de muitos Estados são transferidas para tais forças. Dentre outras atividades tais empresas atuam no apoio logístico ao deslocamento de soldados e ações militares, na manutenção de armamentos, na proteção de instalações de diversos tipos, no fornecimento de treinamento a fardados autóctones, na busca e exame de informações relacionadas ao setor de inteligência, no interrogatório de prisioneiros. Caso seja requisitado seus integrantes também participam de combates como guerreiros porquanto são traquejados ex-militares de importantes exércitos nacionais. Os Estados Unidos já fizeram uso das mesmas no Iraque e no Kuwait, haja vista que a maioria delas se encontra neles estabelecida.

Ressalte-se que esta transformação das instituições castrenses em empresas privadas não faz parte de uma linha de mão única. Com efeito, Henri Fayol, fundador da teoria clássica de administração nos primórdios do século passado, viveu um bom tempo entre os militares franceses de então. Por meio dessa convivência ele extraiu dos fardados os princípios de comando e os utilizou em sua teoria, a qual foi bastante utilizada na área empresarial. No momento a alternância não se limita a área da segurança. Para incorporar países do leste europeu a Comunidade Europeia exigiu e foi aceito o emprego de métodos participativos na gestão castrense. Em muitas Forças Armadas do mundo, inclusive a nossa, a terceirização de serviços se encontra implantada desde há muito tempo. O exercício Viking 3 realizado no Brasil em parceria com a Suécia em 2018 teve sua organização baseada em projetos e criação de cenários e foi orientada pelos princípios empresariais de cooperação, transparência, responsabilização e auditoria de cunho neoliberal.

Adicione-se que diversos países europeus, com base no princípio da eficiência, fizeram recentemente alguns cortes no contingente para enxugar o número de soldados. Portugal cortou vinte e cinco por cento do total, a Alemanha pretende manter cento e oitenta mil soldados contra os duzentos e cinquenta mil anteriores, o exército britânico está cortando mais de setenta mil combatentes. A China tinha a pretensão de eliminar trezentos mil guerreiros, a Índia se encontra planejando diminuir a quantidade de seus soldados e os Estados Unidos fez uma redução de doze mil pessoas. Observe-se que esta tendência de promover a diminuição do contingente militar, a qual deve continuar em andamento, não implica, obrigatoriamente, em uma redução de custos. De acordo com o SIPRI Military Expenditure, os gastos militares a partir da década de noventa do século passado até os dias atuais aumentaram seguidamente. Tal escalada tem ocorrido principalmente por causa dos crescentes custos de produção da tecnologia bélica.

É indubitável também que a entrada de mulheres nas instituições castrenses se revelou um acontecimento deveras marcante porquanto causou um sério estremecimento na sua condição existencial secular e moderna de reduto masculino. Na década de 1970 os exércitos do ocidente começaram a aceitar as mulheres em condições de igualdade com os homens nos diversos ramos da profissão militar e nos primórdios do século atual os do oriente seguiram o mesmo caminho. Vale lembrar que tanto na primeira quanto na segunda guerra mundiais elas marcaram presença de modo menos ostensivo e limitado, como médicas e enfermeiras em hospitais de campanha relativamente afastados da linha de fogo, e, posteriormente, atuaram em setores burocráticos, como interpretes e no controle de voos. Integraram também pelotões combatentes na Alemanha durante a segunda guerra. Atualmente as mulheres são consideradas aptas física e mentalmente para exercer todas as funções destinadas aos fardados masculinos inclusive a de guerreira. Dois grandes problemas enfrentados por elas nos quartéis dizem respeito ao assédio e à agressão sexual. E se forem capturadas como prisioneiras de guerra, sem dúvida, estarão sujeitas a abusos recorrentes.

Seguiu-se à entrada das mulheres o grupo de transexuais. Atualmente são muitos os países que admitem seus integrantes nos quartéis tais como Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Espanha, Suécia, Estados Unidos, Israel e Brasil dentre outros. Desde há algum tempo e até os dias de hoje militares pertencentes a este conjunto enfrentaram e continuam enfrentado dificuldades. Nos Estados Unidos durante a fase de alistamento vigorou a política do não pergunte, não diga. Após admitidos, caso se revelassem eram dispensados. No exército australiano, embora o problema não seja admitido oficialmente; vários casos de assédio e discriminação envolvendo gays e lésbicas já foram registrados. Apesar desses percalços e de outros que também atingem a todos, os membros desse grupo se encontram integrados e prestando bons serviços às Forças Armadas.

Em decorrência do avanço da globalização, nos dias que correm, muitos estabelecimentos militares abrigam em seu interior tropas multiraciais. Nos Estados Unidos agregam asiáticos, africanos e hispânicos. Em Israel, há em suas fileiras drusos, circassianos, beduinos, etíopes e haradims. Na Nigéria encontram-se os povos Hausa, Yoruba, Igbo Fulani, Ijaw, Kanuri, Ibíbio, Tiv e Edo. Apesar dessa diversidade os militares multiétnicos podem promover a reconciliação, a coexistência e viabilizar a cooperação dentro das forças armadas. Entretanto há um outro problema. Em situações de combate um dos principais fatores que estimulam os soldados à luta e os mantêm lutando é o patriotismo, valor primacial dos exércitos modernos, evidenciado pelos sentimento de orgulho, de amor e de devoção à pátria. É praticamente impossível cultivá-lo num agrupamento composto por pessoas originárias de terras natal variadas. Por sua vez, a troca da conscrição pelo voluntariado atualmente majoritária juntamente com o exacerbado individualismo pós-moderno e neoliberal tem contribuído decisivamente para a sua derrocada, haja vista que os indivíduos estão vendo as Forças Armadas apenas como uma opção de trabalho dentre as demais. Nos países menos desenvolvidos como o nosso a desigualdade e a injustiça exacerbadas também ajudam muito para que este sentimento não seja devidamente internalizado na mente das pessoas. Mencione-se ainda que a junção de países em blocos regionais que atuam de forma coletiva a favor de interesses comuns descaracteriza a concepção de um Estado unitário que age apenas para si.

Dois outros valores fundamentais dos militares modernos, a hierarquia que é pertinente às relações de subordinação entre os membros da caserna, com graus sucessivos de poderes e de responsabilidades e a disciplina que significa a obediência aos superiores hierárquicos e o devido cumprimento das leis, também estão sendo seriamente abalados. Uma das causas diz respeito aos estilos alternativos de liderança gerados para enfrentar situações adversas em substituição aos centralizados na figura dos comandantes de diversos escalões. Um deles criado pelos germânicos, intitulado *auftragstaktik*, leva em conta o espírito crítico e as capacidades de autonomia e iniciativa de todos os integrantes da corporação bélica. Em circunstâncias especiais um militar de qualquer graduação, baseado em suas análises e julgamentos, pode modificar ou deixar de cumprir missões que lhe foram confiadas. Outro foi inventado pelos norte-americanos e recebeu o nome de Liderança Compartilhada na qual todos os integrantes da equipe possuem o mesmo grau de responsabilidade pela sua condução no cumprimento das missões a ela atribuídas.

Harmônico a estas formas alternativas de dirigir soldados, na Alemanha foi criado e se encontra em prática nas Forças Armadas o conceito *Inneren Führung* ou orientação interior. Ele constitui a base indispensável para a ação individual e coletiva pois reconhece a consciência de cada um como autoridade moral.

Na área de tensão entre os direitos democráticos pessoais, de um lado, e os princípios de dever e obediência do outro, a orientação interna aparece como mediadora. Por sua vez, nos Estados Unidos criou-se o projeto *Enabling Leader Self-Development* em 2020. Trata-se um novo programa de autodesenvolvimento que busca reenergizar a identificação dos pontos fortes básicos do líder e das necessidades de desenvolvimento. As duas principais linhas de esforço deste programa são auto avaliação e melhoria pessoal.

Outra causa se encontra na adoção do modelo de justiça militar. Na Holanda, a partir dos anos setenta do século anterior, os deputados instituíram câmaras militares em tribunais civis com juízes especializados para examinar casos amparados pelo atual Código de Processo Penal Militar que é adequado à esta nova concepção parlamentar. Na Alemanha, desde o fim de segunda guerra os atos criminosos cometidos por soldados são julgados em tribunais criminais comuns por juízes civis e as infrações menores se vinculam a tribunais administrativos que podem imputar a pena máxima de vinte e um dias de detenção em um local denominado sala de vigilância. Como pode ser notado estas formas de agir enfraquecem as relações de autoridade entre os militares.

A terceira diz respeito à transformação do militar em cidadão de uniforme. Nos países europeus de hoje os funcionários fardados têm a sua vida profissional norteada pela Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores a qual garante a eles todos os direitos atribuídos aos civis menos o de greve que se encontra em exame e debate, mas não constitui grande preocupação dos fardados porque a sociedade os valoriza e possuem representantes no parlamento que atuam a favor de e seus interesses. Além disso quase todos são filiados a sindicatos que possibilitam a eles participar de discussões e mobilizações que envolvem salários, carreira e condições de trabalho.

Derradeiramente não pode ser esquecido o papel da opinião pública no comportamento das Forças Armadas. Parece fora de dúvida que os inquéritos feitos junto à população por meio de amostras estatísticas os quais revelam o índice de prestígio delas perante o povo tendem a alterar a dinâmica de seu comportamento. Em outras circunstâncias isto também tem ocorrido. De modo pertinente cabe mencionar o empenho dos meios de comunicação soviéticos que ajudou muito na moldagem da opinião pública a qual forçou os militares a abandonarem o Afeganistão. O mesmo aconteceu com as opiniões públicas britânica e norte-americana nos respectivos conflitos das Malvinas e do Vietnã. No caso inglês os militares permaneceram combatendo em decorrência do apoio popular constantemente divulgado e no caso estadunidense a retirada das tropas do teatro de operações face às reiteradas contrariedades expostas na mídia.

1.7- Considerações Finais

Todas as mudanças mencionadas ocorridas neste suposto período da pós-modernidade e enquadradas no processo de civilização não estão transcorrendo de modo normal e pacífico pois existem preocupações e resistências, e isto se deve ao fato de que até algumas décadas atrás nunca as Forças Armadas tiveram que suportar um processo de transformação extremamente radical capaz de provocar um salto qualitativo, uma modificação estrutural em seu papel estabelecido desde há vários séculos, uma grave ameaça a sua razão de ser. Em Portugal(Vaz, 2002) militares apontam que em muitos países a eficiência das tropas e a prontidão para agir se mostram deficitárias bem como se tornaram frágeis os elos que ligam seus membros uns aos outros e entre eles e a sociedade da qual fazem parte. Também chamam atenção para a dificuldade de saber onde os fardados devem aplicar seus conhecimentos especializados. De modo contrário a outras nações europeias a organização de sindicatos ainda não foi aceita, mas foi permitida a presença de associações representativas dos vários escalões hierárquicos.

No Canadá (Winslow, 2003) reina um certo inconformismo pois a crescente civilização do Exército é vista como criadora de tensão à medida que os valores tradicionais associados a funções de combate entram em conflito com novos valores individualistas e ocupacionais ligados a cargos de gestão. Devido a Lei de Reorganização das Forças Canadenses que as unificou muitos militares renunciaram a seus cargos alegando que a mesma representava a aplicação do princípio da racionalidade administrativa à organização da defesa. A criação de um novo Quartel-General da Defesa Nacional abrigador de uma instância composta por civis e militares voltada à administração da política de defesa foi vista como um indesejável aumento da burocracia, um instrumento de corrosão dos laços da comunidade castrense e uma ameaça aos padrões e valores militares por se assentar em concepções empresariais tais como de custo-benefício, de controle de salários, de promoção centralizada e de gestão de pessoas.

Na Austrália (Groves, 2005) a crítica incide no aspecto jurídico da figura do cidadão de uniforme. Para alguns australianos esta ideia é questionável. Ela sugere que os membros das forças armadas devem esperar gozar dos direitos normais de outros civis, mas essa expectativa carrega o peso da sujeição às obrigações normais dos civis. A doutrina do soldado cidadão se opõe claramente a qualquer sugestão de que a vida militar e a lei sejam diferentes, mas não impede a criação de diferenças. Exige simplesmente que o ponto de partida seja que quaisquer direitos ou recursos gozados por cidadãos normais sejam gozados por membros do serviço, a menos que a lei claramente sugira o contrário.

Em termos de síntese deve ser dito que embora a pós-modernidade possa ser questionada quanto à sua

real existência como o estágio atual da vida humana, parece indubitável que ao lado da globalização e do decadente neoliberalismo está provocando sérias e rápidas mudanças em todos os setores da sociedade. E levando em conta o preceito dialético relativo ao salto qualitativo decorrente das pressões quantitativas, estamos presenciando a ocorrência de uma mudança estrutural nas organizações bélicas. Elas estão aceleradamente deixando para trás todos os traços da modernidade que integravam a sua singular configuração. Este salto é decorrente do processo de civilinização que de modo ágil está causando o desaparecimento das diferenças entre paisanos e fardados e entre as organizações civis e militares. A perspectiva atual não permite identificar nenhum elemento que se mostre capaz de impedir a absorção do segmento castrense pela esfera civil num momento próximo da história o qual já se encontra em pleno desenvolvimento.

Referências

- [1]. BOECHAT, Igor (2017). As Virtudes Militares na Pós-Modernidade. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 32, n. 64, p. 89-102
- [2]. FEYERABEND, Paul (2011). Contra o Método. São Paulo: Unesp, 371 p.
- [3]. GROVES, MATTHEW (2005). The Civilianization of Australian Military Law. University of New South Wales Law Journal. Disponível em: <http://www7.austlii.edu.au/cgi-bin/viewdoc/au/journals/UNSWLJ/2005/28.html>
- [4]. HUNTINGTON, Samuel (1995). Armed Forces And Democracy: Reforming Civil-Military Relations. Journal of Democracy, John Hopkins University Press, v. 6, n. 4, p. 9-17
- [5]. JANOWITZ, Morris (2013). Sociology and the Military Establishment. Cambridge University Press, 02 september, p. 1-112
- [6]. KOSIK, Karel (2011). Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 230 p.
- [7]. LEINER, Piero (2020). O Brasil no Espectro de Uma Guerra Híbrida. São Paulo: Alameda, 330 p.
- [8]. LYOTARD, Jean-François (2002). A Condição Pós-Moderna. São Paulo: José Olympio, 176 p.
- [9]. POURTOIS, Jean Pierre e DESMET, Huguette (1999). A Educação Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 311 p.
- [10]. VAZ, Nuno Mira (2002). Civilinização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais. Lisboa: Cosmos, p. 427
- [11]. WINSLOW, Donna (2003). Canadian Society and its Army. Canadian Military Journal, p. 12-21. Disponível em: <http://www.journal.forces.gc.ca/vo4/no4/military-socio-eng.asp#>
- [12]. *Professor Aposentado da Academia da Força Aérea, pós-doutorado em educação pela USP e autor de Democracia e Ensino Militar (Cortez) e A Reforma do Ensino Médio e a Formação Para a Cidadania (Pontes)
- [13]. e-mail: emil@linkway.com.br